

# Na Corda Bamba

**Moçambique sob pressão internacional para controlar o comércio ilegal de pau-preto**

Exportações limitadas, risco de sanções e contrabando persistente: o país tenta equilibrar conservação e economia.

# On the Edge

## **Mozambique under international pressure to curb illegal blackwood trade**

Export limits, threat of sanctions and persistent smuggling: the country struggles to balance conservation and economy



# Se é **Agro** ou **Ambiental**

Somos seu parceiro de  
comunicação

**Contacte-nos**

[comercial@revistaterra.co.mz](mailto:comercial@revistaterra.co.mz)

[www.revistaterra.co.mz](http://www.revistaterra.co.mz)

+258 863233900



# ÍNDICE

- 07** Moçambique aperta controlo sobre exportações de pau-preto para fugir de sanções
- 10** Avaliação expõe fragilidades no sector florestal em Moçambique
- 11** De planos à acção: Governo quer mudar paradigma da agricultura
- 12** AEstudo revela fragilidades na produção de arroz em Sofala
- 13** Cada vez mais pessoas, cada vez menos água
- 15** Índice de Insegurança Alimentar em situação alarmante
- 18** Governo extingue empresa gestora do Regadio do Baixo Limpopo
- 20** Moçambique reforça ambição climática com nova NDC para 2026-2035

# TOPICS

- 22** Mozambique tightens Blackwood
- 24** Mozambique logging review flags rule breaches, shrinking jobs
- 25** From plans to action: Mozambique seeks to shift agriculture paradigm
- 26** Lack of inputs and skills keeps Sofala's rice yields low
- 27** Acute food insecurity grips millions in Mozambique
- 28** Mozambique moves to draft new climate pledge for 2026-2035
- 29** Mozambique coffee growers call for tax Mozambique shuts Limpopo irrigation company, hands



[www.revistaterra.co.mz](http://www.revistaterra.co.mz)



[redacao@revistaterra.co.mz](mailto:redacao@revistaterra.co.mz)



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

# Nossos Serviços na Área de Construção

**ROTUNDA**

PLANT HIRE

**Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:**

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;  
Procurement e execução de obras.



## Contacto

- +72 (82) 966 1652
- +27 (83) 577 6398
- sales@rotundaplanthire.co.za
- Litchie Road, Vintonia,  
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplanthire.co.za>

## Ficha técnica

### Propriedade

Terra Media Lda - Sociedade Unipessoal

### Publicação:



### Revista Terra

Rua da Resistencia n.º  
1642, 3º Andar, Porta M  
Telef.: +258842399758,  
+258847322282 e  
+258821233910

Email: redacao@  
revistaterra.co.mz

Registo sob n.º  
122/GABINFO/  
DEPC/210/2022

### Editor

William F. Mapote

### Redacção:

William Mapote  
Julio Armindo F.  
Guilherme FM  
Bendito Nascimento

### Colaboradores:

Nordino Gabriel (Cabo  
Delgado)  
Afonso Brandão (Irlanda)  
Luca Bussotti

### Revisor Linguístico:

AR&Servicos SU

### Maquetização:

Rui Baltazar  
Samuel Maribate

### Administração:

Narciso F. Mapote  
administracao@revistaterra.  
co.mz

### Comercial:

Filimão A. Cumbane  
comercial@revistaterra.  
co.mz

### Webdesign & Online:

Rui Baltazar

website: [www.  
revistaterra.co.mz](http://www.revistaterra.co.mz)

### Twitter:

@revistaterramz

# Editorial

## Reformas Agrícolas: O Desafio da Continuidade

O sector agrícola em Moçambique tem sido, ao longo dos anos, terreno fértil para sucessivas reformas que, em vez de consolidar ganhos, tendem a reiniciar o jogo a cada ciclo governativo. A história recente mostra um padrão: as políticas agrárias não resistem às mudanças de executivo, resultando em descontinuidades que fragilizam a base produtiva e comprometem a confiança dos actores do sector.

As reformas actualmente em curso não fogem a esta regra. Ao invés de partirem dos avanços – ainda que parciais – do passado, reorientam o sector numa nova direcção, com estruturas e prioridades próprias, deixando para trás investimentos, planos e programas anteriormente concebidos. Esta lógica de “recomeço permanente” corrói não só a consistência das estratégias públicas, mas também a capacidade do país de responder a tempo e com eficácia a desafios que não esperam, como a insegurança alimentar, a fome e a desnutrição.

Importa reconhecer que qualquer reforma agrícola leva tempo até traduzir-se em resultados palpáveis. A natureza do sector, dependente de ciclos de produção, mudanças climáticas e infraestruturas de apoio, torna impossível esperar impactos imediatos. Po-

rém, a pressão é enorme: o actual ciclo governativo iniciou-se em paralelo com a primeira época agrícola, cujos resultados já apontam para uma queda de produção. Este dado deve ser interpretado como sinal de alarme.

Se há lição a retirar é a necessidade de alinhar, sem hesitação, as estratégias para a campanha 2025-26 – a primeira totalmente sob responsabilidade do actual executivo. Será nesta época que se poderá avaliar, de forma mais justa, a eficácia das medidas adoptadas. Mas a interrogação permanece: valerá a pena todo o esforço se, ao fim do mandato, as reformas forem substituídas por novas direcções políticas?

A agricultura exige continuidade, perseverança e coerência estratégica. Se a tendência de descontinuidade prevalecer, o país continuará a caminhar em círculos, desperdiçando tempo e recursos, enquanto a fome e a desnutrição exigem respostas rápidas e sustentáveis. O desafio não é apenas reformar, mas garantir que as reformas sobrevivam ao calendário eleitoral e se transformem, finalmente, em pilares de desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar para Moçambique

## Agricultural Reforms and the Challenge of Continuity

Agriculture in Mozambique has long been subject to reforms that rarely survive beyond one administration. Successive governments have often shifted direction, leaving behind policies and investments that had yet to bear fruit. The result is a cycle of discontinuity that weakens the sector and undermines its ability to respond to persistent challenges such as hunger and malnutrition.

The reforms now underway follow the same pattern. Rather than consolidating earlier strategies, they set out on a new course, restructuring programmes and priorities. Like any reform, however, results take time. With agricultural cycles tied to seasons and weather, visible impact is unlikely before the end of the current five-year mandate. If the usual break in continuity follows, much of today's effort risks being wasted.

The warning signs are already evident. The current government took office during the first planting season of its term, and early results show declining production. This should serve as an alarm bell. The 2025-26 season – the first to be fully managed under the new administration – will be the real test of its policies.

But the larger question remains: will reforms be allowed to run their course, or will they again be abandoned at the next political transition? Agriculture demands consistency and long-term planning. Without continuity, Mozambique risks moving in circles – while hunger and malnutrition demand urgent and lasting solutions.



*William Mapote*  
E-mail: [editor@revistaterra.co.mz](mailto:editor@revistaterra.co.mz)

# Moçambique aperta controlo

sobre exportações de pau-preto  
para fugir de sanções



# O Governo moçambicano anunciou um pacote de medidas rigorosas para reforçar o controlo sobre a exportação de pau-preto (*Dalbergia melanoxylon*), numa tentativa de evitar sanções da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)

**A** iniciativa surge após alertas de organismos internacionais que colocam Moçambique em risco de exclusão do comércio global de espécies florestais protegidas, devido a falhas persistentes no combate ao contrabando.

Segundo o director nacional de Florestas e Fauna Bravia, Imede Falume, está em implementação um plano de acção que inclui fiscalização reforçada, rastreabilidade e revisão dos processos de licenciamento.

A medida responde à decisão recente da CITES que impôs a Moçambique um limite anual de 90 mil toneladas para exportação de pau-preto. “Estamos determinados a passar toda a actividade de exportação a pente fino, em estrita conformidade com as normas da CITES, pre-

cisamente para evitar sanções que seriam economicamente prejudiciais, tendo em conta o peso que as exportações de pau-preto representam para o país”, declarou Falume, à margem de uma conferência em Maputo.

O dirigente reconhece, no entanto, que a extracção e exportação ilegais persistem. “O contrabando ainda existe, embora não tenhamos dados precisos sobre os volumes, mas temos sinais de que a situação está a regredir, fruto do reforço das acções de fiscalização nas zonas de exploração”, acrescentou.

## Histórico de ilegalidades e risco de sanções

Entre 2017 e 2023, mais de 89% das exportações de madeira de Moçambique para a China violaram a proibição de exportar toros, totalizando cerca de 3,7 milhões de toneladas. As espécies mais visadas foram pau-preto e umbila (*Pterocarpus angolensis*), com destaque para madeira oriunda da província de Cabo Delgado — onde, segundo relatórios, o comércio ilícito tem sido associado ao financiamento de grupos armados.

Um relatório do Timber Legality Risk Dashboard, de dezembro de 2024, atribuiu a Moçambique uma elevada pontuação de risco (81,6), apontando ilegalidades graves, especialmente em espécies protegidas pela CITES, e sublinhando que o país continua a exportar toros ilegalmente apesar da legislação vigente.

A CITES poderá, em caso de incumprimento, suspender temporariamente as exportações licenciadas, recomendar aos países importado-

res que rejeitem madeira moçambicana ou, em última instância, excluir Moçambique de decisões no âmbito da convenção — medidas já aplicadas a países como Gana e Laos.

## Vigilância internacional

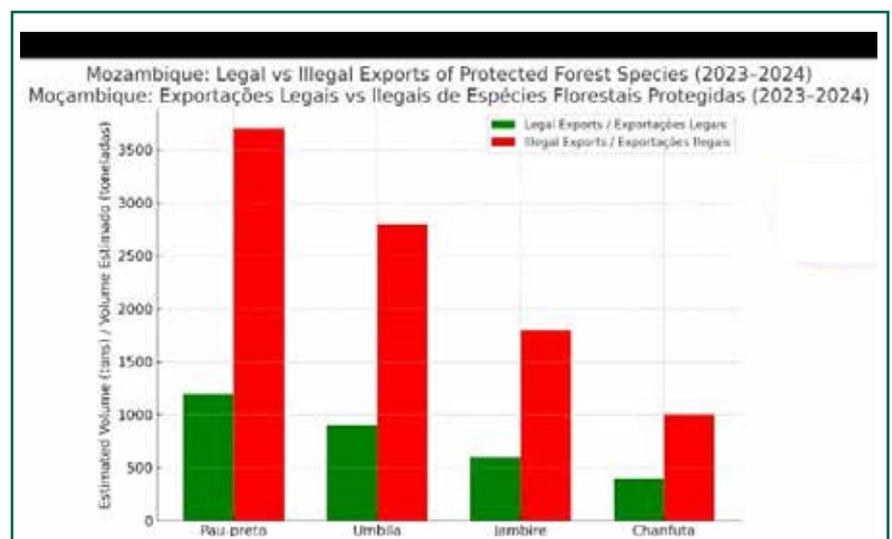
Fontes do sector indicam que Moçambique está sob vigilância apertada da Secretaria da CITES devido à alegada porosidade nos postos fronteiriços, o que facilitaria a saída ilegal de madeira preciosa, sobretudo para mercados asiáticos. Até agora, não foi emitida qualquer notificação oficial sobre um eventual banimento, para além da redução do volume autorizado para exportação.

Organismos internacionais alertam ainda para a crescente evidência de timber laundering (lavagem de madeira) e para o papel que o comércio ilícito desempenha no financiamento de conflitos armados, em particular no norte do país.

## Novas iniciativas e limitações

Nos últimos anos, o governo moçambicano tem apostado em sistemas de rastreio digital, como o SI-FIMO, e em parcerias com a União Europeia e a FAO para reforçar o controlo nas zonas mais vulneráveis.

Contudo, dados do Forest Trends Dashboard indicam que os avanços permanecem limitados devido à corrupção institucional, à fraca vigilância e à influência de elites locais no sector florestal — factores que continuam a comprometer a credibilidade do país no comércio internacional de madeiras valiosas.





# Soluções Sustentáveis

E agregamos  
**valor** ao seu  
**NEGÓCIO**

Somos uma Agência de Consultoria Moçambicana vocacionada para a prestação de serviços, comprometida com os padrões qualitativos internacionais, os nossos serviços visam demonstrar a satisfação das necessidades do cliente.



## Nossos Serviços

- Contabilidade e auditoria
- Assessoria Empresarial
- Marketing Digital
- Estudo de Mercado e gestão de marcas
- Registo de empresas e representações
- Desenho e gestão de projectos
- Produção de Planos de Negócios

## MISSÃO

Tornar-se um elemento-chave na prestação de serviços de contabilidade e auditoria, estudos de viabilidade económica, pesquisa de mercado, marketing digital, gestão de recursos humanos, desenho e gestão de projectos de investimento e desenho de planos de negócio e formação

**Contacte-nos Já**

E-mail: [dadhuconsultores2013@gmail.com](mailto:dadhuconsultores2013@gmail.com)  
Maputo – Moçambique

**+258 846806154**  
**+258 846073317**

# Avaliação expõe fragilidades no sector florestal em Moçambique

*Mais da metade dos operadores florestais incumpre requisitos básicos. Sobreposição de áreas, paralisação de actividades e queda na força de trabalho agravam o cenário.*

A floresta moçambicana enfrenta crescente pressão. A Avaliação Periódica dos Operadores Florestais 2024, divulgada esta semana em Maputo, descreve um quadro marcado por incumprimentos generalizados, redução da mão-de-obra e conflitos sobre áreas de exploração.

O documento indica que “persistem operadores que, mesmo após anos de avaliações, continuam abaixo dos 50% de conformidade com os requisitos legais” e que “a silvicultura e a transformação da madeira são os pontos mais críticos”.

A avaliação, conduzida pela Direcção Nacional de Florestas (DINAF), abrangeu nove províncias, com excepção de Maputo e Cabo Delgado, e contou com a participação de 40 técnicos e observadores. Entre os resultados, destacam-se:



O relatório alerta que “a floresta é um bem comum e não pode ser explorada sem critério” e que “a desorganização gera perdas para o Estado, para o ambiente e para as comunidades”.

Apesar de avanços na georreferenciação das áreas de concessão e licenciamento, a avaliação denuncia a existência de operadores a explorar zonas de conservação e áreas atribuídas a terceiros, prática considerada ilegal e recorrente.

O documento sublinha que “se não houver conformidade e manejo sustentável, corre-se

o risco de esgotar um recurso que levou séculos a crescer”.

Entre as principais recomendações, o relatório defende o “Cancelamento formal de contratos de operadores inactivos, Inclusão de Cabo Delgado na próxima ronda de georreferenciação, Condicionamento da atribuição de novas licenças à conclusão da avaliação e Reforço das acções de sensibilização nas áreas rurais”.

*“Persistem operadores que, mesmo após anos de avaliações, continuam abaixo dos 50% de conformidade com os requisitos legais”*

**79**

**Operadores Paralisados**

O maior número registado desde 2015

**Força de trabalho quase reduzida a metade entre 2021 e 2024**

Em 2024, foram registados 5.675 trabalhadores, dos quais apenas 13% são **mulheres**

**69**

**operadores não Avaliados**

Por ausência de evidências, localização irregular ou desinteresse

**Sobreposição de áreas em quatro casos ainda por resolver, sobretudo em Manica e Nampula.**

# De planos à acção: Governo quer mudar paradigma da agricultura

*Roberto Albino critica cultura de planos sem acção e a secundarização da estratégica cadeia de sementes.*

O Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Miro Albino, criticou o estado de estagnação de vários sectores da cadeia agrária, atribuindo-o à falta de acções práticas para sair do actual marasmo.

Falando durante a Reunião Nacional de Sementes, realizada recentemente em Chimoio, província de Manica, o dirigente manifestou inquietação com a persistência de um cenário em que, apesar de existirem diagnósticos precisos e planos sólidos, o sector continua preso à inacção.

“Sabemos o que temos que fazer. Conhecemos os problemas e até temos excelentes planos. O que falta é execução, é fazer”, afirmou Albino, num discurso crítico e incisivo.

Com críticas dirigidas tanto a estruturas internas do seu ministério como a actores externos, o ministro apontou a incoerência de se relegar a área de sementes para segundo plano, apesar de ser considerada estratégica para garantir a produtividade.

“Todos os sectores têm mais meios do que o das sementes. Isso precisa mudar, começando dentro do Mi-

nistério. Sem sementes de qualidade, não há produtividade”, sublinhou.

Albino foi igualmente duro com algumas empresas fornecedoras de sementes, que, segundo ele, colocam no mercado insumos sem qualidade e a preços desproporcionados.

“Não se importam com a capacidade germinativa das sementes, nem com o impacto disso nos camponeses. Só visam lucro”, criticou.

## Fundos para virar a página

Apesar do cenário descrito, o ministro anunciou uma medida concreta para impulsionar a transformação do sector: a disponibilização imediata de 20 milhões de dólares (cerca de 1.3 mil milhões de meticais) para financiar a cadeia nacional de produção de sementes, reabilitar infraestruturas de conservação e adquirir equipamentos para dinamizar a produção agrícola.

“Temos que fortalecer o nosso serviço de sementes com orçamento, meios humanos e técnicos. Isso é prioridade real”, reforçou.



# Estudo revela fragilidades na produção de arroz em Sofala

Um estudo de base do programa Mangwana identificou debilidades críticas na cadeia de valor do arroz nos distritos da Beira, Dondo, Nhamatanda e Búzi, em Sofala.

Apesar das boas condições agroecológicas e da crescente procura, pequenos produtores mantêm produtividade abaixo de uma tonelada por hectare — muito aquém do potencial da região. O trabalho foi conduzido pelos consultores Hideraldo Duarte e Ivan Zevo, com supervisão da TechnoServe Moçambique, e sublinha que mais de 95% da produção nacional provém do setor familiar, que opera com recursos e conhecimento técnico limitados.

Muitos agricultores não distinguem entre “grão” e “semente” e desconhecem normas de sementeira, adubação ou controlo de pragas.

As variedades Macassane e Simão são as mais conhecidas, mas de difícil acesso, com preços que chegam a triplicar o valor de mercado.

## Baixa produtividade e fragilidades técnicas

Apesar de algum avanço na mecanização da lavoura, o nivelamento do solo — essencial para o manejo eficiente da água — é raro. A prática comum da sementeira a lanço provoca desperdício e reduz a germinação. A assistência técnica é insuficiente, com apenas duas a três visitas anuais, e poucos agricultores realizam análises de solo ou aplicam fertilizantes de forma adequada.

O distrito do Búzi é considerado estratégico para a produção de sementes certificadas, com seis regadios reabilitados pelo INIR, capazes de irrigar mais de mil hectares. No entanto, nenhum estava plenamente operacional no momento do estudo, devido a falhas técnicas e custos elevados de energia. Ainda assim, o relatório recomenda priorizar Búzi, em parceria com associações locais, para garantir sustentabilidade após o fim do programa.

## Plano de acção aponta o foco

O relatório propõe quatro ciclos anuais de formação para produtores de sementes, agricultores e técnicos de campo, a criação de Campos de Demonstração com variedades melhoradas, o incentivo ao uso de insumos certificados e à sementeira em linha, além do manejo integrado de pragas.

Também defende o reforço de ligações entre produtores e instituições como IIAM, IRRI, ADRA e INIR, bem como o sector privado — processadores, revendedores e financiadores — para melhorar o acesso ao mercado, crédito, seguro agrícola e rastreabilidade.

Financiado pela Embaixada do Reino dos Países Baixos, o Mangwana decorre entre 2025 e 2028 e pretende beneficiar mais de 227 mil pessoas, promovendo sistemas agrícolas mais produtivos, inclusivos e resilientes às mudanças climáticas no Corredor da Beira.





**Afonso Almeida Brandão**  
Colunista

## CADA VEZ MAIS PESSOAS, CADA VEZ MENOS ÁGUA

O Ministério da Defesa do Reino Unido divulgou recentemente o seu relatório “Global Strategic Trends” — um estudo que, baseado em dados estatísticos e na opinião de um grande número de especialistas, delinea os vários aspectos que se prevê que vão mudar nas nossas sociedades até 2045. A Revista TERRA, que vem analisando esta temática durante algum tempo, debruça-se este mês sobre a questão dos recursos e da demografia. Duas graves crises demográficas do Mundo dos nossos dias, simultâneas mas de sentido oposto, poderão vir a afectar seriamente o Futuro do Planeta. Nos países desenvolvidos, o problema é a quebra das taxas de natalidade que diminui drasticamente o número de jovens em relação a idosos e ameaça reduzir ainda mais as populações (a previsão para Portugal é de que em 2045 poderá não ter mais do que 6,6 milhões de habitantes). Nos países subdesenvolvidos, de os países que fazem parte dos PALOP’s, quicá, CPLP), o problema é o inverso: a população cada vez aumenta mais, e de uma forma descontrolada. Basta recordar que a actual População de Moçambique já está muito perto dos 33 Milhões de pessoas. Apesar de ambos os casos serem

problemáticos, a situação dos países desenvolvidos poderá trazer alguns benefícios a longo prazo. De facto, a crise reside nos rácios entre população activa e não activa, mas o declínio da população poderá não ser um problema tão grave a longo prazo quando tivermos em conta os avanços na automatização. Em contrapartida, uma enorme população pode criar problemas

***A Revista TERRA, que vem analisando esta temática durante algum tempo, debruça-se este mês sobre a questão dos recursos e da demografia. Duas graves crises demográficas do Mundo dos nossos dias, simultâneas mas de sentido oposto, poderão vir a afectar seriamente o Futuro do Planeta***

gravíssimos. Globalmente considerado, o Planeta está cada vez mais sobrelotado: hoje já há mais de oito mil milhões de humanos a viver na Terra. Mas em breve seremos ainda mais: algumas previsões apontam para uma População Mundial de 10 mil milhões em 2045, outras prevêem números ainda mais altos. Esta não é uma questão nova. Tho-

mas Robert Malthus foi, no final do Séc. XVIII, o primeiro economista a analisar as crises demográficas que assolavam periodicamente a Europa, chegando à conclusão de que o crescimento populacional era um processo exponencial que não estava dependente dos índices de produção Agrícola. Ou seja: mesmo escasseando a comida, a população continuaria a aumentar até esse crescimento ser travado por meio de doenças ou por meio da fome quando finalmente a produção de comida não chegasse (ou não venha a chegar) para alimentar toda a população.

Existem duas formas genéricas de olhar para as conclusões de Malthus. Há aqueles que consideram que o importante é aumentar a produção, dessa forma evitando a “armadilha demográfica”, e há aqueles que consideram que é importante limitar o aumento descontrolado da população.

Durante a revolução industrial do Séc. XIX e a Revolução Verde dos Anos 70 do Séc. XX, propagou-se a ideia de que o Malthusianismo era uma teoria ultrapassada. De facto, o enorme aumento de produção de comida permitiu alimentar mais bocas do que nunca. Só que, agora, o problema poderá não estar apenas na escassez de comida em si.

A IRONIA DO DESENVOLVIMENTO  
Nas últimas duas décadas, milhões

de pessoas saíram da miséria nos países em via de desenvolvimento, de que podemos destacar os países da CPLP. Hoje, mais pessoas têm acesso a condições de vida aproximadas das da classe média ocidental. Infelizmente, não existe a garantia de que os recursos disponíveis sejam suficientes para manter estas condições de Vida, pelo menos para tantos milhares de milhões.

O relatório britânico prevê que, graças a desenvolvimentos na Agricultura, a produção de alimentos poderá aumentar algo como 70% nos próximos trinta anos — um valor que, apesar de impressionante, simplesmente não será suficiente para alimentar vastos milhares de milhões de pessoas.

Pior: o aumento da popularidade do biodiesel (obtido pelo processamento de produtos agrícolas) está a colocar muitos países perante um dilema — ou cultivam para comer ou cultivam para produzir biodiesel. À medida que o petróleo se tornar mais escasso e aumentar o recurso ao biodiesel (especialmente porque os velhos automóveis poderão ser convertidos com facilidade para esta nova energia), um número crescente de cultivadores tenderá para uma exploração energética, e não alimentar, das suas plantações. A procura excederá em muito a oferta, e como tal os preços dos bens agrícolas subirão.

As previsões mais optimistas apontam para um aumento mediano de 30% no custo dos Produtos Agrícolas, mas as menos optimistas apontam para 100%, ou mais. Não será um cenário inédito. Um choque similar aconteceu já em 2006, quando os preços da comida dispararam em todo o Planeta (incluindo em Moçambique), só sendo a crise solucionada por meio de intervenções estatais.

As consequências políticas e sociais seguir-se-ão, caso o pior aconteça. Nada de novo ou inédito na história. A revolução francesa, por exemplo, teve como causa próxima a insatisfação dos parisienses com o preço da comida. Para os países em desenvolvimento, o cenário ainda piora mais no Futuro. Não só terão de resolver todos os problemas inerentes a uma taxa demográfica descontrolada, como enfrentarão um problema extra, para o qual os cientistas vêm chamando a atenção:

**As previsões mais optimistas apontam para um aumento mediano de 30% no custo dos Produtos Agrícolas, mas as menos optimistas apontam para 100%, ou mais. Não será um cenário inédito. Um choque similar aconteceu já em 2006, quando os preços da comida dispararam em todo o Planeta**

as alterações climáticas vão levar a que a produtividade Agrícola cresça nos países mais próximos do Equador, nomeadamente em África e no Sudeste e Sul da Ásia. Curiosamente, é provável que a produtividade aumente nos países em latitudes mais elevadas, como Portugal por exemplo.

A triste ironia é que os países que vão precisar mais de comida serão, precisamente, aqueles que vão ter cada vez mais dificuldade em produzi-la.

#### **TODAS AS GOTAS CONTAM**

Água: todos dependemos dela. A humanidade e a sua civilização dependem de um fornecimento constante de água doce, um recurso finito, cuja “produção” não pode ser

aumentada facilmente e sem enormes custos (a dessalinização, por exemplo, é um processo proibitivamente caro). Mas, mesmo sendo um recurso finito, o seu consumo está a aumentar cada vez mais.

Uma das principais causas deste aumento de consumo? A necessidade de aumento da produção Agrícola para sustentar o enorme crescimento populacional que o Planeta regista.

As mesmas alterações climáticas que farão diminuir a produção de comida em muitos países menos desenvolvidos tenderão também a reduzir o ‘stock’ de água disponível. A quantidade de água usada hoje já é manifestamente inferior às necessidades, e muitos países no Mundo ainda dependem de fontes de água insustentáveis, como aquíferos (formações geológicas com águas subterrâneas).

Estima-se que o consumo aumente em cerca de 40% até 2045, com uma diminuição da oferta sempre a espreitar. É por esta razão que vários cientistas avançam com um número drástico: 40% da População Mundial poderá ter um acesso muito limitado, ou

mesmo nenhum acesso, a água potável dentro de 30 anos.

As consequências prometem ser graves. Além dos conflitos políticos já mencionados e das Guerras em vários países, designadamente em Cabo Delgado, no Norte de Moçambique, sem fim à vista, os britânicos prevêem que, em situações de desespero, a disputa de recursos poderá ser particularmente brutal, dando azo a guerras prolongadas e sangrentas (que é o que vem acontecendo). No Séc. XX travaram-se guerras pelo Petróleo; no Séc. XXI, parece que se vão travar pela água e por outras riquezas.

Resta-nos aguardar para ver.



## Índice de Insegurança Alimentar em situação alarmante

*Mais de quatro milhões de moçambicanos, o equivalente a cerca de 15% da população, enfrentam actualmente insegurança alimentar aguda, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN)*

**A**s províncias mais afectadas são Cabo Delgado, Gaza e Zambézia, onde os efeitos combinados de conflitos armados, secas prolongadas e cheias cíclicas têm agravado a situação alimentar das populações. “A insegurança alimentar e nutricional no país continua crítica. Mais de 4 milhões de pessoas encontram-se na Fase 3 ou superior do IPC. Isso é alarmante”, declarou Hortência Amós, Secretária Executiva do CONSAN, durante a 15.<sup>a</sup> sessão ordinária do órgão, realizada recentemente em Maputo.

A análise foi baseada na Classificação Integrada da Segurança Alimentar (IPC) referente ao período de Abril a Setembro de 2025. O relatório aponta ainda que cerca de

80 mil crianças podem vir a sofrer de desnutrição aguda severa se não forem implementadas intervenções urgentes.

“Temos de priorizar acções concretas e fortalecer soluções locais. A coordenação entre o Governo, sociedade civil e parceiros é fundamental”, frisou Amós.

O CONSAN destaca a urgência de reforçar os mecanismos de alerta precoce, aumentar a resiliência das comunidades rurais e garantir apoio alimentar imediato, sobretudo para crianças menores de cinco anos, grávidas e lactantes.

“Sem apoio atempado e contínuo, a situação poderá agravar-se ainda mais nos próximos meses”, conclui o comunicado final do conselho.



# Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

**Oferecemos móveis de fabricantes europeus de produtos de luxo e design de qualidade superior para:**

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,  
Decoração/Iluminação para interiores, Tudo de  
coleções que variam do luxo, ultramoderno, ao  
minimalista contemporâneo e a preços  
competitivos

## Contacto

- +72 (82) 966 1652
- +27 (83) 577 6398
- [sales@rotundaplantire.co.za](mailto:sales@rotundaplantire.co.za)
- Litchie Road, Vintonia,  
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplantire.co.za>





**Luca Bussotti**  
Colunista

## Luz síncrotron une Brasil, China e Espanha num projecto científico que desafia os grandes monopólios

**L**uz síncrotron. Uma expressão pouco familiar para a maioria das pessoas, mas que encerra um enorme potencial, não só do ponto de vista puramente científico, mas também, e sobretudo, no que diz respeito às suas possíveis aplicações práticas em vários sectores: saúde, energia, novos materiais, só para citar alguns exemplos. A luz síncrotron é hoje a fonte de raios X mais utilizada na cristalografia de macromoléculas, associada à emissão de radiação electromagnética. Através da formação de campos magnéticos, o electrão sofre uma mudança de velocidade perpendicularmente ao campo magnético, atingindo uma velocidade relativística, ou seja, próxima à da luz. É essa aceleração do movimento que permite que a radiação emitida adquira características particulares, em termos de energia e intensidade.

Na Europa, o maior síncrotron encontra-se em Grenoble, no Centro de Investigação Europeu ESRF (European Synchrotron Radiation Facility), onde opera a máquina Extremely Brilliant Source (EBS), com 44 linhas de luz. As experiências em curso abrangem aplicações em química, biologia, física dos materiais, paleontologia, medicina, nanotecnologia e até mesmo alimentação. Neste último campo, em particular, a luz síncrotron permite analisar a composição molecular dos alimentos, orientando a produção para produtos mais sustentáveis e de mais fácil digestão e absorção.

As potencialidades de aplicação são enormes e ainda não totalmente exploradas. Se, em 1949, Dick Crane foi o primeiro a utilizar máquinas

de síncrotron na Universidade de Michigan e, logo depois, o Lawrence Berkeley Laboratory construiu (1950) o Bevatron, hoje as três máquinas de síncrotron mais potentes são, além da já citada EBS, a APS (Advanced Photon Source), perto de Chicago, e a japonesa SPring-8. No entanto, também no Sul Global, assim como nos países que procuram construir alternativas ao domínio norte-americano, há avanços significativos: o Brasil, através do projecto Sirius, localizado no estado de São Paulo, possui o laboratório de quarta geração mais avançado fora do hemisfério norte. Desde os anos 1990, o LNLS (Laboratório Nacional de Luz Síncrotron) representa a vanguarda científica do país, sob tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia. De acordo com uma tradição consolidada no Brasil de “ciência aberta”, o projecto Sirius já ampliou os seus horizontes, que de meramente científicos passaram a incluir uma forte componente de divulgação e formação de professores, graças à iniciativa ESPEM (Escola Sirius para Professores do Ensino Médio).

A nível internacional, Brasil e China iniciaram uma importante colaboração científica neste projecto. Em Junho deste ano, foi inaugurado o China-Brazil Joint Laboratory for Synchrotron Science and Technology (CBJSync), que reúne cientistas do LNLS e do Instituto de Física de Altas Energias da Academia Chinesa de Ciências de Pequim. Este laboratório de ponta é fruto de um acordo de cooperação internacional no domínio científico, assinado em 2023, durante uma visita do Presidente brasileiro Lula à China. Apesar de recente, o laboratório já realizou experiências na área do património cultural, simulação de condições extremas de temperatura e pressão, uso de tecnologias de on-

dulados e sistemas criogénicos para armazenamento de gases ou líquidos a temperaturas extremamente baixas.

A China está um pouco mais atrasada do que o Brasil no campo das máquinas síncrotron: a sua primeira instalação deste tipo deverá estar pronta no final deste ano, graças também à cooperação científica com outro país menos alinhado com os aliados preferenciais dos Estados Unidos de Donald Trump — a Espanha. Com Madrid, Pequim assinou, em 11 de Abril último, um acordo semelhante ao firmado com o Brasil, no âmbito de um projecto estratégico que cobre o período 2025-2028. A máquina síncrotron chinesa, que se chamará High Energy Photon Source (HEPS), servirá, entre outros objectivos, para compreender melhor as características de certos metais valiosos, como o titânio, e a sua interacção com outros elementos e nanopartículas, bem como para identificar a estrutura molecular de vários vírus ainda pouco conhecidos.

Por detrás das tarifas alfandegárias de Trump, uma parte do mundo está a organizar-se para desafiar o domínio tecnológico e científico ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Traçar caminhos alternativos — talvez mais democráticos e inclusivos — não será tarefa fácil, mas já existem sinais de aplicação das novas fronteiras do conhecimento fora da esfera das “Big Tech” e das indústrias farmacêuticas que monopolizam decisões no campo da saúde mundial. Acompanhar o desenvolvimento destas iniciativas será mais do que um simples exercício de curiosidade.

# Governo extingue empresa gestora do Regadio do Baixo Limpopo

*O Governo decidiu extinguir a Empresa Regadio do Baixo Limpopo (RBL, EP) e transferir a gestão da infraestrutura para o Instituto Nacional de Irrigação (INIR, I.P.), anunciou, recentemente, o Conselho de Ministros.*

Segundo o porta-voz do órgão, Inocêncio Impissa, a medida procura alinhar o funcionamento do regadio com as políticas nacionais de agricultura, garantir assistência técnica a mais de 21 mil produtores e promover uma gestão mais sustentável. Impissa explicou que a integração no INIR deverá reduzir, a médio e longo prazo, a dependência de subsídios do Estado, ao mesmo tempo que incentiva a diversificação de receitas e maior eficiência operacional.

A decisão insere-se no esforço do Governo de reforçar a competitividade e sustentabilidade do sector agrário, em particular no aproveitamento dos recursos hídricos do Baixo Limpopo.



## Negociações para tratado sobre poluição plástica avançam sem consenso

As conversações internacionais para a criação de um tratado juridicamente vinculativo sobre a poluição plástica terminaram sem consenso, revelando a necessidade de maior esforço diplomático para alcançar entendimento entre os países.

O processo decorreu no início do mês em curso, em Genebra, no âmbito da quinta sessão do Comité Intergovernamental de Negociação (INC), promovido pelas Nações Unidas para estabelecer um instrumento global de combate à poluição plástica, incluindo a marinha.

O presidente do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF, na sigla inglesa), Carlos Manuel Rodríguez, reconheceu a frustração pela ausência de acordo, mas sublinhou avanços no compromisso demonstrado pelos negociadores.

“Embora seja decepcionante não se ter alcançado um acordo, é encorajador ver a dedicação de ministros e delegações em trabalhar por um

tratado capaz de gerar impactos positivos e duradouros”, afirmou Rodríguez, citado em comunicado de imprensa.

De acordo com dados oficiais, o GEF já investiu mais de 1 bilião de dólares, na última década, em soluções contra a poluição plástica e reiterou o compromisso de continuar a apoiar os países no processo negocial, assim como na futura implementação do tratado.



# Moçambique reforça ambição climática com nova NDC para 2026-2035

Moçambique deu início à elaboração da sua terceira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC 3.0), documento estratégico que irá definir as metas nacionais de mitigação e adaptação climática para o período 2026-2035, a ser submetido à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Segundo Jadwiga Massinga, técnica da Direcção Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas, a nova NDC deverá expandir o potencial de mitigação para sectores até aqui menos explorados, em relação ao compromisso em vigor.

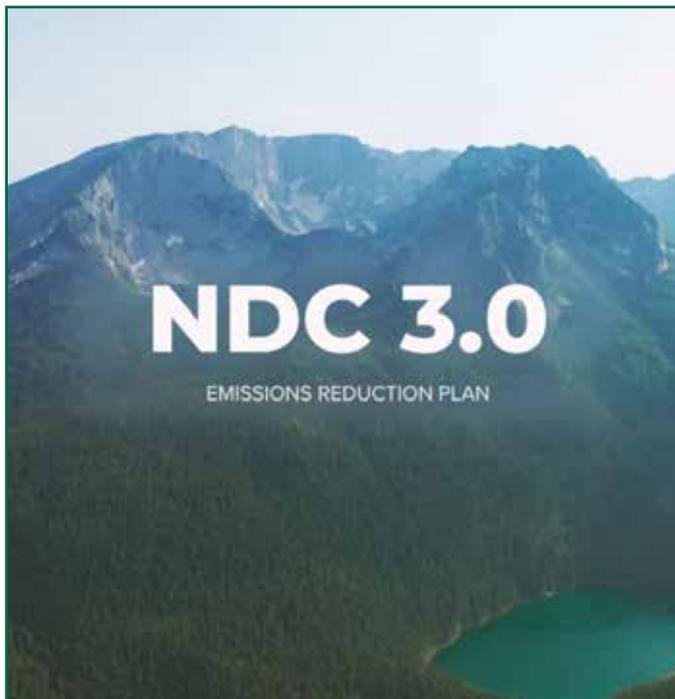
Entre as áreas apontadas como prioritárias, destacam-se os resíduos, a indústria, os ecossistemas de ervas marinhas e mangais, bem como o sector de petróleo e gás.

“Será fundamental reforçar a recolha de dados, a transparência e os mecanismos de financiamento”, sublinhou Massinga.

Apesar dos desafios, o país tem registado progressos na aplicação de técnicas agrícolas e pecuárias conservacionistas, no acesso à energia

limpa e na restauração ambiental. Entre as conquistas mencionadas estão a expansão da rede nacional de energia, a criação de micro-redes de distribuição, o uso crescente do gás natural e a promoção da eficiência energética.

O processo de elaboração da NDC 3.0, liderado pelo Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas, exigirá forte coordenação interministerial e envolvimento activo do setor privado, sociedade civil e academia.



“Moçambique precisa desenvolver tecnologia, inovação e capital humano para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e transformar vulnerabilidades em oportunidades de desenvolvimento sustentável”,

## Reino Unido reforça financiamento a infraestruturas verdes em África

O Reino Unido aderiu formalmente ao Fundo de Desenvolvimento de Projectos da Aliança para Infraestruturas Verdes em África (AGIA-PD, na sigla inglesa), comprometendo-se com 10 milhões

de libras para acelerar a implementação de infraestruturas sustentáveis e inclusivas em Moçambique e em todo o continente.

O anúncio foi feito em Maputo, durante uma reunião anual de accionistas da Africa50, que contou com a participação de chefes de Estado, ministros das Finanças, investidores e representantes do setor do desenvolvimento de infraestruturas.

O AGIA-PD apoia a fase inicial de projectos em áreas como energias renováveis, transportes sustentáveis, conectividade digital e água, saneamento e higiene (WASH), com o objectivo de gerar empregos, melhorar serviços públicos e reforçar a resiliência climática.

A ministra britânica do Desenvolvimento, Jenny Chapman, afirmou que o investimento vai apoiar iniciativas lideradas por africanos, incluindo centrais solares e estações de tratamento de água.

“Esta é uma boa notícia para as comunidades locais e para o Reino Unido. Vai ajudar a construir economias mais fortes e mais preparadas para enfrentar choques climáticos”, sublinhou.

Já o director executivo da Africa50, Alain Ebobissé, destacou que a iniciativa “passou da ambição à execução” desde o seu lançamento na COP27, defendendo a importância de desbloquear recursos financeiros na fase inicial para tornar viáveis projetos de infraestruturas verdes.

Segundo dados oficiais, o primeiro fecho do AGIA-PD atingiu 115 milhões de dólares, com contribuições de parceiros públicos, privados e filantrópicos.





# Elevando Sua **Marca** no **Universo** **Digital**

Em um mundo cada vez mais digital, a presença online é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. Na **Terra Media**, somos especialistas em impulsionar a sua marca e mensagem no vasto cenário digital

## NOSSOS SERVIÇOS



### criação e gestão de websites

Criação de um design visual atraente e responsivo.  
Desenvolvimento de protótipos.  
Escolha de cores, tipografia e elementos de design.  
Garantia de usabilidade e acessibilidade.



### organização de eventos

Palestras, Workshop,  
Seminários, Conferências,  
Mesas Redondas.



### Produção de revistas corporativas

Produção Profissional, conteúdo persuasivo,  
design atraente, versatilidade de formato  
e Qualidade.



### concepção e produção de conteúdos informativos

Documentários,  
Reportagens e  
Vídeos Institucionais.

## contacte-nos



comercial@revistaterra.co.mz  
redacao@revistaterra.co.mz



+258842399758  
+258821233910



Whether it's  
**agriculture**  
or the **environment**

we are your trusted  
communication partner

**Contact US:**

[comercial@revistaterra.co.mz](mailto:comercial@revistaterra.co.mz)

[www.revistaterra.co.mz](http://www.revistaterra.co.mz)

+258 863233900



# Mozambique tightens Blackwood

export controls to avert possible  
sanctions



## Mozambique has announced tougher measures to control exports of African blackwood (*Dalbergia melanoxylon*) in a bid to avoid sanctions from the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES)

The move follows warnings from international bodies that the country risks being barred from the global trade in protected timber species due to persistent failures to curb smuggling.

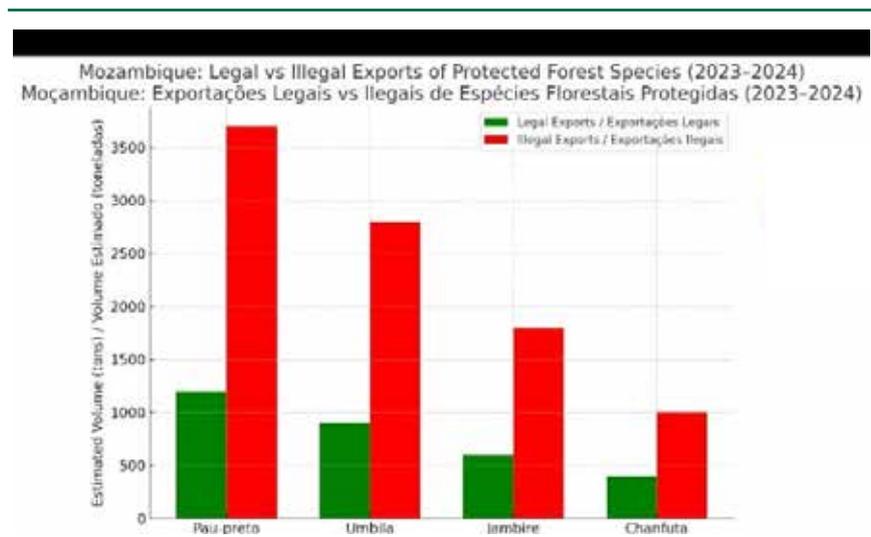
National Director of Forestry and Wildlife, Imede Falume, said an action plan is under way to boost inspections, introduce tighter traceability, and overhaul licensing procedures.

The measures respond to a recent CITES decision imposing a 90,000-tonne annual export quota for Mozambican blackwood.

“We are determined to scrutinise all export activities in strict compliance with CITES rules to prevent economically harmful sanctions, given the importance of blackwood exports to our economy,” Falume told reporters at a conference in Maputo. He acknowledged, however, that illegal logging and exports persist. “Smuggling still exists, although we lack precise figures, but there are signs it is declining thanks to reinforced enforcement in logging areas,” he said.

History of violations and sanctions risk

Between 2017 and 2023, over 89%



of Mozambique’s timber exports to China breached the national log export ban, amounting to around 3.7 million tonnes — mainly blackwood and *Pterocarpus angolensis* (umbila) — much of it originating from Cabo Delgado, where illicit trade has been linked to financing armed groups.

A December 2024 Timber Legality Risk Dashboard report gave Mozambique a high risk score of 81.6, citing serious violations involving CITES-listed species and ongoing illegal log exports despite existing laws.

CITES sanctions could include suspending licensed exports, urging importing countries to reject Mozambican timber, or even excluding the country from decision-making under the convention — penalties previously applied to Ghana and Laos.

### International scrutiny

Industry sources say Mozambique remains under close watch by the CITES Secretariat over alleged weaknesses at border checkpoints, which enable illegal shipments, mainly to Asian markets. No formal notice of a trade ban has been issued so far, beyond the reduced quota.

International organizations have also warned of increasing evidence of “timber laundering” and the role of illicit timber in funding conflict in northern Mozambique.

### New initiatives, ongoing challenges

The government has rolled out digital tracking systems such as SI-FIMO and partnered with the EU and the UN’s Food and Agriculture Organization (FAO) to strengthen controls in the north.

However, progress remains constrained by institutional corruption, weak oversight, and the influence of local elites in the forestry sector, according to Forest Trends Dashboard data — factors that continue to undermine Mozambique’s credibility as a legal and sustainable supplier of high-value timber.

*“We are determined to scrutinise all export activities in strict compliance with CITES rules to prevent economically harmful sanctions, given the importance of blackwood exports to our economy,”*

# Mozambique logging review flags rule breaches, shrinking jobs

*Mozambique's forestry sector is facing mounting pressure from illegal practices, shrinking manpower and disputes over logging areas, according to the country's 2024 Periodic Assessment of Forestry Operators.*

The assessment, coordinated by the National Directorate of Forests (DINAF) and conducted with support from universities, NGOs and media observers, found that many operators – particularly those holding simple licences – scored below 50% in meeting basic legal and technical requirements. Key findings include:



# 79

## Operators Inactive

The highest number recorded since 2015

# 69

Operators not Assessed due to missing evidence, irregular locations or lack of cooperation

## Workforce almost halved between 2021 and 2024

with women making up just 13% of the 5,675 workers;

Unresolved land overlaps in four cases, mainly in Manica and Nampula provinces.

The report notes that “some operators remain far below compliance levels even after years of evaluations” and that “silviculture and timber processing are the weakest areas.”

While most land overlap disputes have been resolved, the assessment warns of “continued logging in protected areas and on land licensed to other operators,” adding that “this disorganisation leads to losses for the state, the environment and local communities.”

The report recommends formally cancelling contracts of inactive operators, making assessments a prerequisite for new licences, expanding georeferencing to Cabo Delgado province and intensifying awareness campaigns on sustainable forestry.

The 2024 review covered all provinces except Maputo and Cabo Delgado, assessing documentation, workforce, silviculture, community engagement and the use of technology in forestry operations.

# From plans to action: Mozambique seeks to shift agriculture paradigm

*Mozambique's Minister of Agriculture, Environment and Fisheries, Roberto Miro Albino, has criticised the lack of practical action in the country's agricultural sector, despite the existence of what he described as "excellent plans and diagnostics."*

**S**peaking at the National Seed Meeting in Chimoio, in the central province of Manica, Albino called for a shift from planning to execution, warning that ongoing inertia is holding back agricultural productivity and food security.

"We know what needs to be done. We know the problems and have solid plans. What we lack is action," he said in a blunt assessment of the sector's performance.

The minister expressed frustration that, within his own ministry, the seed sector remains underfunded and under-prioritised despite its strategic role.

"All other areas have more resources than the seed department. That must change – starting from within the Ministry. Without quality seeds, there is no productivity," Albino stated.

He also criticised private seed suppliers for deli-

vering low-quality inputs at inflated prices, alleging they put profits above farmers' needs.

"They don't care about germination capacity or the impact on farmers. Their only concern is profit," he said.

## **Funds for seed system**

Despite his harsh criticism, Albino announced the immediate availability of USD 20 million (approximately 1.3 billion meticaais) to strengthen the national seed system.

The funding will support seed production, rehabilitation of conservation infrastructure, and procurement of agricultural equipment to boost productivity.

"We need to strengthen our seed services with budgets, trained personnel and adequate tools. This is a real priority," he said.



## Lack of inputs and skills keeps Sofala's rice yields low

A baseline study for the Mangwana programme has identified critical weaknesses in the rice value chain in Sofala province's Beira, Dondo, Nhamatanda and Búzi districts. Despite favourable agroecological conditions and rising demand, smallholder farmers remain stuck with yields below one tonne per hectare — far short of the region's potential.

The assessment, conducted by consultants Hideraldo Duarte and Ivan Zevo under the supervision of TechnoServe Mozambique, found that over 95% of Mozambique's rice is grown by smallholders with limited resources and technical knowledge. Many farmers cannot tell grain from certified seed and are unfamiliar with sowing density, fertilisation and pest control guidelines.

The Macassane and Simão varieties are the most common but remain difficult to obtain, with Macassane seeds selling for up to three times the market price.

### Low Yields and Technical Gaps

While mechanised ploughing is increasing, proper land levelling — key for efficient water use — is rare. The widespread broadcasting method

wastes seed and reduces germination rates. Technical assistance is scarce, with farmers receiving only two to three visits a year, and soil testing is almost nonexistent. Fertiliser use, when it occurs, is applied without professional guidance.

Búzi district is seen as the most promising site for certified seed production, with six irrigation schemes rehabilitated by the National Irrigation Institute and capacity for over 1,000 hectares. However, none were fully operational at the time of the study due to technical failures and high energy costs.

The report recommends prioritising Búzi in partnership with local farmer associations to ensure sustainability after the programme ends.

### Action Plan Focuses on Training and Partnerships

The study calls for four annual training cycles for seed producers, grain farmers and field technicians; the establishment of demonstration fields with improved varieties; the promotion of certified seeds and other agricultural inputs; adoption of line sowing; and integrated pest management.





## Acute food insecurity grips millions in Mozambique

*More than 4 million people in Mozambique are currently facing acute food insecurity, a government advisory body said on Wednesday, warning of worsening conditions in several provinces amid climate shocks and economic stress.*

According to Mozambique's National Council for Food and Nutrition Security (CONSAN), the crisis affects around 15% of the population, with hotspots in Cabo Delgado, Gaza and Zambezia, where floods, drought, and armed conflict have disrupted livelihoods.

"Food and nutritional insecurity in Mozambique remains critical. More than 4 million people are in IPC Phase 3 or higher. This is alarming," said Hortência Amós, Executive Secretary of CONSAN, during the council's 15th ordinary session in Maputo.

The data, based on the Integrated Food Security Phase Classification (IPC) for April to September 2025, also shows that nearly 80,000 children are at risk of severe acute malnutrition if immediate measures are not taken.

"We must prioritise targeted interventions and invest in local solutions. Coordination among government, civil society and partners is essential," Amós added.

The council urged stronger institutional action to improve food production systems, expand early warning mechanisms, and boost resilience at community level, particularly for children under five, pregnant women and breastfeeding mothers.

The warning comes as Mozambique continues to face the compounded impacts of climate change, armed conflict in the north, and rising food prices.

"Without timely and sustained support, the situation is likely to deteriorate further in the coming months," CONSAN concluded in its final statement

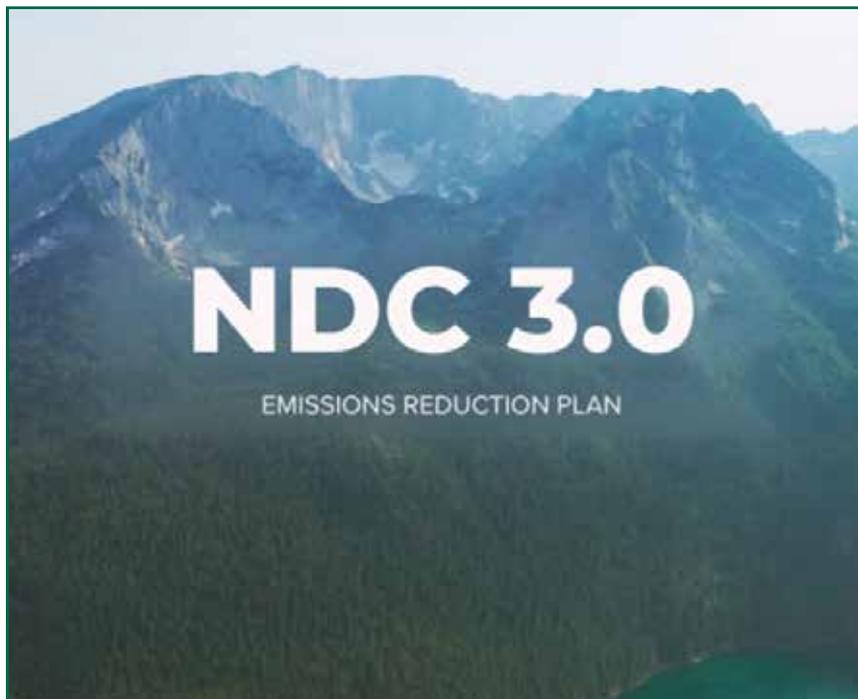


## Mozambique moves to draft new climate pledge for 2026-2035

Mozambique has begun drafting its third Nationally Determined Contribution (NDC), setting out climate mitigation and adaptation targets for 2026-2035, to be submitted later this year to the UN Framework Convention on Climate Change.

Jadwiga Massinga, a technical officer at the National Directorate for Environment and Climate Change, said the new pledge would expand mitigation efforts into sectors “less explored” under the current NDC, including waste, industry, seagrasses, mangroves, and oil and gas. “The process will require stronger data collection, greater transparency and financing mechanisms,” she said.

Officials say Mozambique has made progress in conservation farming and livestock practices, expanding access to clean energy, and restoring degraded land. The government has also advanced the national power grid, promoted off-grid micro-networks, expanded natural



gas use and introduced energy efficiency measures.

The drafting process, led by the Ministry of Agriculture, Environment and Fisheries, will demand broad coordination across ministries and

strong engagement from the private sector, civil society and academia.

“We need to develop technology, innovation and human capital to adapt to and mitigate climate change,” Massinga said.

## UK commits £10 million to Africa's green infrastructure fund

The United Kingdom has joined the Alliance for Green Infrastructure in Africa's Project Development Fund

(AGIA-PD) with a £10 million contribution to accelerate sustainable and inclusive infrastructure across the continent, including Mozambique.

The announcement was made in Maputo during the annual shareholders' meeting of Africa50, attended by African leaders, finance ministers, investors and infrastructure development partners.

The AGIA-PD supports early-stage projects in renewable energy, sustainable transport, digital connectivity, and water, sanitation and hygiene (WASH), aiming to create jobs, improve public services and strengthen climate resilience.

UK Development Minister Jenny Chapman said the investment would back Africa-led projects such as solar plants and water treatment facilities.

“This is good news for local communities and for the UK. It will help build stronger economies that are better prepared for climate shocks,” she said in a statement.

Africa50 chief executive Alain Ebobisé said the initiative had “moved from ambition to execution” since its launch at COP27, stressing the need to unlock early-stage financing for bankable green infrastructure projects.

According to official figures, the AGIA-PD has reached a first close of \$115 million with contributions from public, private and philanthropic partners.



# Mozambique shuts Limpopo irrigation company, hands management to national institute

*Mozambique's government has dissolved the Limpopo Irrigation Scheme public company (RBL, EP) and transferred management of the project to the National Irrigation Institute (INIR).*

Government spokesperson Inocêncio Impissa told reporters the move aims to align operations with national agricultural policies, ensure technical support to more than 21,000 farmers and promote more sustainable management.

He said integration into the INIR would help cut reliance on state subsidies in the medium to long term, while encouraging revenue diversification and greater efficiency.

The decision comes as the government seeks to boost competitiveness and sustainability in the agricultural sector, particularly in food supply and use of water resources in the Limpopo basin.



---

## Talks on global plastics treaty end without deal

International negotiations on a legally binding treaty to curb plastic pollution ended without agreement, underscoring the need for further diplomatic efforts to reach consensus.

Talks took place in Geneva under the United Nations Intergovernmental Negotiating Committee (INC), which is tasked with drafting a global instrument to tackle plastic pollution, including marine waste.

Carlos Manuel Rodríguez, head of the Global Environment Facility (GEF), acknowledged frustration over the lack of a deal but highlighted progress in the commitment shown by delegates. "While it is disappointing that an agreement was not reached, I was encouraged by the determination of ministers and negotiators to push for a treaty that could deliver significant and lasting benefits," Rodríguez said in a statement.

The GEF, which has invested more than \$1 billion in plastic pollution solutions over the past decade, pledged to continue supporting coun-

tries during the negotiations and to help finance the eventual implementation of a treaty.





**Revista Terra**

Rua da Resistência n.º 1642, 3º Andar, Porta M  
Telef.: +258842399758 e +258821233910

Email: [redacao@revistaterra.co.mz](mailto:redacao@revistaterra.co.mz)